

**CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO  
DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 2007**

**PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

Examinadora: Desembargadora Márcia de Paoli Balbino

**ORIENTAÇÕES**

- 1) Cada questão tem peso idêntico de 20(vinte) pontos.
- 2) Questões que envolvem um caso concreto possuem pontos para dirimir, e não para sentenciar.

**QUESTÃO nº 1**

Nas férias de julho de 2007, na região rural de um pequeno e longínquo município de Minas Gerais, o menor João Paulo, picado por uma cobra venenosa, necessitou de atendimento médico de emergência, buscado por seus pais, que, todavia, não tiveram êxito, em razão de greve há 02 (dois) dias no único hospital municipal local. O secretário municipal de saúde e o prefeito encontravam-se em viagem de descanso há 03 (três) dias. A ambulância da Prefeitura e o único ônibus que fazia o transporte público no município estavam sem condições de trafegar por defeitos mecânicos, e não se conseguiu nenhum outro meio de transporte de emergência para municípios vizinhos, como o caso exigia, vindo João Paulo a óbito.

Os pais de João Paulo ajuizaram ação de indenização por danos, pedindo a condenação solidária do Município, do secretário de saúde, do diretor do hospital e da concessionária do transporte público. Citados, todos negaram a responsabilidade, sustentando que o evento se deu por uma fatalidade.

Como juiz(a) da causa, decida em breves linhas, separada e fundamentadamente, quanto à responsabilidade ou não de cada um dos réus, e quanto à alegada solidariedade passiva.

## **QUESTÃO nº 2**

Notificado para desocupar em 48h o passeio público defronte ao Palácio das Artes em Belo Horizonte, onde explora informalmente seu pequeno negócio de pipoqueiro, José da Silva ajuizou ação de interdito proibitório contra o Município de Belo Horizonte, alegando, em síntese: que faz uso daquele espaço há mais de ano e dia, sem nunca ter sido molestado; que tem direito de ali continuar a explorar o negócio, do qual sobrevive, segundo valor da dignidade humana e conforme direito constitucional da livre iniciativa privada; que a notificação recebida constitui ameaça de turbação à sua posse, merecedora de proteção. Requereu liminar com cominação de multa, e que ao final seja julgado procedente o pedido, para que se proíba o Município de concretizar o objeto da notificação.

Como juiz(a) da causa, decida em breves linhas, separada e fundamentadamente, o pedido liminar e a lide não contestada.

## **QUESTÃO nº 3**

Como Juiz nomeado para Vara Única e para a Diretoria do Foro de uma Comarca do Interior do Estado, quais providências ou atitudes implementaria diante das hipóteses a seguir enumeradas? (Justificar fundamentadamente e em breves linhas)

- a) Se no cotidiano forense constatasse que o escrivão, embora já anteriormente advertido pelo mesmo motivo em procedimento devido, não vem cumprindo suas atribuições na forma devida nem em prazo razoável.
- b) Se em inspeção ordinária anual verificasse que o tabelião de notas vem cometendo irregularidades e também não recolhendo a parcela de custas do Estado.
- c) Se ao assumir as funções na Comarca constatasse que o Juizado de Conciliação não está em funcionamento.
- d) Se no cotidiano forense os advogados se apresentarem pessoalmente no gabinete para obtenção de despachos ou decisões.

e) Se, estando com a agenda cheia para audiências nos próximos três meses, em Comarca já informatizada, faltasse luz na cidade exatamente na data em que faria o interrogatório dos réus presos.

#### **QUESTÃO nº 4**

Aprovada em concurso público realizado pelo Município de Ouro Velho para o cargo de auxiliar de serviços gerais, mas não nomeada, Maria José impetrou mandado de segurança contra o Município, porque houvera contratação, via terceirização, de inúmeras faxineiras não concursadas. Pediu liminar e final concessão da ordem de sua nomeação, alegando necessitar do trabalho para sua subsistência.

Responda em breves linhas, fundamentadamente:

- a) Os requisitos de lei para a concessão da liminar em MS estão presentes?
- b) Há vedação legal para concessão da liminar em tal hipótese específica?
- c) Há legitimidade passiva do Município?
- d) O direito de nomeação é líquido e certo?
- e) O ato da nomeação pela Administração guarda quais princípios?

#### **QUESTÃO nº 5**

Quanto ao tema da Improbidade Administrativa, responda em breves linhas e fundamentadamente:

- a) De quem é a competência para a ação de improbidade administrativa contra ex-prefeito?
- b) O prefeito tem foro privativo para a ação de improbidade administrativa?

c) Poderia ter êxito a ação de improbidade administrativa em razão da construção de uma ponte desnecessária?

d) Que figura de intervenção de terceiro exerce a pessoa jurídica interessada, citada na ação de improbidade proposta pelo Ministério Público para ocupar a condição de litisconsorte ativo, mas cuja manifestação que apresentou nos autos seja a da inexistência de improbidade e de ilicitude do ato questionado?

e) Dê um exemplo real de improbidade por violação dos princípios da Administração Pública justificando o exemplo.